

DIDÁTICA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA: um diálogo epistemológico sobre o policial-educador

*Gleydson Rodrigues Dantas**

RESUMO: Trata-se de um relato de experiência na construção do policial-educador sobre o ponto de vista da didática como a parte da pedagogia que trata dos preceitos científicos que orientam a atividade educativa de modo a torná-la mais eficiente. Para fins deste artigo, a experiência passou-se na construção do pensamento sicionormativo para a didática aplicada no ensino da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte - PMRN a partir de 2017, data da primeira turma de Didática Aplicada à Segurança Pública. Trata-se de uma contribuição na verticalização da discussão sobre a formação do policial como educador. O contexto da violência na contemporaneidade exige do policial-educador atualização constante de suas metodologias de ensino para poder fomentar uma melhor aprendizagem e formação qualitativa dos egressos dos cursos de formação e aperfeiçoamento existente nas corporações policiais.

Palavras-chave: Didática. Didática-aplicada. Educação. Polícia Militar. Policial-educador.

DIDACTICS APPLIED TO PUBLIC SECURITY: an epistemological dialogue about the police-educator

ABSTRACT: It is an experience report in the construction of the police-educator on the didactics point of view as part of the pedagogy that deals with the scientific precepts that guide the educational activity in order to make it more efficient. For the purposes of this article, the experience was spent in the construction of the so-normative thinking for didactics applied in the teaching of the Military Police of the State of Rio Grande do Norte - PMRN from 2017, date of the first group of Didactics Applied to Public Security. It is a contribution in the verticalization of the discussion about the training of the police officer as an educator. The context of violence in contemporary times requires the police-educator constant updating of their teaching methodologies in order to foster a better learning and qualitative training of graduates of training and improvement courses in police corps.

Keywords: Didactics. Didactic-applied. Education. Military Police. Police-educator.

* Possui graduação em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Cel. Milton Freire de Andrade (Bacharel, PMRN, 2012), Especialização em Corpo e Cultura de Movimento (UFRN, 2006) e graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Bacharel/Licenciado, UFRN, 2005). Tem o Curso de Técnicas de Ensino Policial (PMRN/2016). Atualmente é Oficial da Polícia Militar (1ºTen. QOPM) atuando na Academia de Polícia Militar Cel. Milton Freire de Andrade na parte de Ensino e Pesquisa. Tem experiência na área de Defesa, com ênfase em Segurança Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação e Violência.

1. INTRODUÇÃO

O que é didática? Se partirmos apenas da definição da palavra, seria: a arte de transmitir conhecimentos; técnica de ensinar; a parte da pedagogia que trata dos preceitos científicos que orientam a atividade educativa de modo a torná-la mais eficiente. Ou, em outras palavras, ensinar a ensinar. Entretanto, o meio policial militar é cheio de meandros e características peculiares que necessitam de uma vertical discussão sobre o processo para orientar policiais a se tornarem educadores, que haverá de resultar na figura do policial-educador.

Essa máxima de *ensinar a ensinar* torna-se ainda mais complexa quando decidimos aplicá-la ao processo educativo em Segurança Pública, com foco na Polícia Militar. Para tanto, ressaltamos a peculiaridade profissional como justificativa das dificuldades inerentes a esse imbricado sistema de ensino e aprendizagem. Os policiais-educadores tornam-se corresponsáveis pela qualidade dos agentes de segurança pública, pois tem a árdua tarefa de ensinar alguém à por em risco a própria vida em função, quase todas às vezes, de alguém desconhecido; de tirar a vida de alguém em virtude do exercício regular da profissão ou ainda usar a força física através do Poder de Polícia.

Para fins deste artigo, nos apoiamos sob a alcunha: “O que importa é saber o que importa!” (Cortella, 2016) para nos despertar à reflexão sobre a utilidade do conhecimento da Didática e não apenas do conteúdo, ao qual nos propomos a lecionar, inserindo a prática do diálogo como exercício no processo e no progresso deste trabalho. Surgindo questionamentos sobre teoria, prática e práxis; sobre a seleção de conteúdos; sobre processos de ensino, aprendizagem e avaliação; etc.

É esse *pensar sobre o fazer* que nos propusemos a construir um diálogo para subsidiar o dia a dia nas aulas daqueles que se propõem a educar dentro da Polícia Militar do RN. Um recorte de vivências e

reflexões aliadas à aplicação da Matriz Curricular Nacional (MCN2014) para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Uma singela contribuição para auxiliar a cada novo policial-educador na elaboração das disciplinas que lhe forem propostas.

Partiremos das contribuições da MCN2014 na construção de uma didática eficiente e eficaz, aplicada ao contexto da polícia militar do RN; seguida das reflexões surgidas na vivência dos conteúdos em sala de aula, finalizando com a importância do policial-educador.

2. EDUCAÇÃO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA: A MCN 2014 E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Ao longo dos anos e mais precisamente no decorrer das últimas décadas, a sociedade brasileira vem em um acelerado processo de crescimento, desenvolvimento e, sobretudo de mudanças, seja em relação ao modo de vida, seja em relação aos seus hábitos ou costumes. Paradoxalmente, atrelado aos desenvolvimentos, assistimos a um vertiginoso crescimento de conflitos sociais, em especial a explosão da violência nos centros urbanos.

Nesse cenário, o papel da Polícia Militar é imprescindível no contexto sócio-político do Estado, como forma de intervir, primariamente nesta situação de instabilidade social minimizando, quando possível, situações ofensivas para que outros setores possam desenvolver o trabalho e permitir cidadania a todos.

Em face desse quadro complexo da contemporaneidade e buscando dar uma resposta aos desafios colocados pela sociedade, a Polícia Militar do RN, através da sua Diretoria de Ensino, reconhece como imperativa a qualificação profissional. Numa perspectiva cuja formação deverá ser multidisciplinar e abrangente, com bases nos Direitos Humanos e outros conhecimentos que transversalizam as ciências policiais de segurança e ordem pública. Dotando os egressos dos cursos de formação ou pós-formação de visão crítica, com capacidade plena de avaliação e de ajustamento as mais variadas crises postas à sua frente, além de um sólido domínio do conhecimento técnico-policial militar.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Dito isto, propõe-se um diálogo epistemológico que se torna tônico, fluido e envolvente na contemporaneidade, por propiciar uma reflexão sobre os diversos campos e saberes que dialogam para a formação de um educador capacitado profissionalmente para esta finalidade sem detrimento da função de policial militar estadual. O método mais proficiente para esta propositura é o dialógico, contextualizado com os referenciais teóricos a partir da propositura de atitudes/comportamentos que um agente de segurança pública deve obter ao longo do processo de uma cultura policial profissional². Nesse ponto, faz-se necessário que destaquemos a partida dessas discussões: a formação. Seguida da capacitação continuada e seu entorno: legalidade, autorreflexão, participação, objetividade, ética e a probidade, sem prescindir do engajamento comunitário e da responsabilidade socioambiental.

A aplicação da MCN2014 abriu o campo de discussão sobre uma *Educação para a Segurança Pública*, como viés científico permeado de questões sociais dinâmicas e saberes que desembocam no policiamento ostensivo e vão além, tornando os profissionais da segurança pública coparticipes na construção de uma sociedade permeada pela cidadania, como observa Balestreri (2003). Por exemplo, o estudo dos *Fundamentos Teóricos do Ensino de Segurança Pública* sugeridos pela MCN2014 permite a quem envereda pelos campos da educação policial, deparar-se com termos e nomes corriqueiros, tais como: Paulo Freire, Edgar Morin, Vygotsky, Piaget, Tecnicismo, Construtivismo, Inteligências Múltiplas, etc. Entretanto, caberá ao policial-educador não ser apenas versado em nomenclaturas, mas na aplicabilidade desses conhecimentos em sua prática.

No que tange ao ensino/educação em Segurança Pública, temos algumas características a considerar: são sempre maiores de 18 anos; com escolaridade média ou superior; são selecionados por concurso que utilizou critérios intelectuais e físicos para este fim; em sua maioria, são do gênero masculino. Essas características são apenas algumas elencadas para dar início a nossa discussão, pois influenciam

diretamente no planejamento e conhecer o público alvo é imprescindível para as ações didáticas.

Diante de novos tempos, existem novas exigências. A MCN2014 traz dois pontos a serem destacados no contexto contemporâneo da educação em Segurança Pública, são eles: competências e princípios, que subdividem em competências cognitivas, operativas e atitudinais; princípios ético, educacional e didático-pedagógico. Esses novos pilares somam-se a hierarquia e a disciplina, comum ao processo educativo militar, sem, entretanto, cercear a capacidade de liberdade do pensamento pelo processo unilateral de ensino.

Adiante, neste artigo, refletiremos ainda sobre a Metodologia, ligando-a ao "como fazer". Entretanto, conceitualmente seria: como fazer alguém aprender sobre Segurança Pública. Para começar a compreender essas questões, precisamos entender a organização dos conhecimentos para a área de Segurança Pública, segundo propõe a MCN2014.

2.1 PLANEJAMENTO É PRECISO!

Traçar um plano com objetivos, metas e estratégias é parte integrante do fazer didático, é também a parte mais artesanal do educador. Saber aonde se quer chegar é primordial para se iniciar a caminhada. Os objetivos definem os rumos para as demais partes do processo. Sendo ele geral, possibilita localizar no "tempo-espaço" o ponto de chegada da caminhada; sendo ele específico, são etapas/passos dessa caminhada. A simples escolha do verbo define o fazer daquele processo. Se decido *investigar* ou *analisar*, supõe-se que deverei *reunir* dados primeiro, aparentemente óbvio, mas às vezes é comum colocar o "carro na frente da boiada". Sobre isso comenta Karnal (2017):

Uma boa aula deve ser preparada. Esqueça aquelas bobagens de longos planos de aulas com objetivos, meios, recursos etc., que ensinam em tantos lugares. Você não conseguirá manter esses planos detalhados ao longo dos meses. Pior, não conseguindo mais fazer de forma "arrumadinha" seu plano, a tendência será parar de fazer qualquer planejamento. É um erro fatal.

² Entenda-se Cultura Policial Profissional como sendo uma forma de acrescentar novos elementos de reflexão e ação sistemática e continuada da Segurança Pública, a fim de avaliar situações, elaborar projetos de mudanças estratégicas e acompanhar e gerenciar os passos do policiamento atrelado à Eficiência com foco em ações estratégicas em todas as áreas (CAMPOS, 2009).

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ainda sobre o Planejamento, significa conhecer a realidade e as necessidades dos seus educandos, prever recursos financeiros e materiais e gerir tempo e pessoas. Para ser possível antecipar problemas e antever ações para contribuir com o desenvolvimento educacional dos estudantes. Na MCN2014, os norteadores para esse plano são as abordagens e as técnicas de ensino a serem utilizadas. O planejamento não pode ser um engessamento do processo, mas a bússola e a balança do processo.

2.2 PLANO DE AULA: BÚSSOLA E BALANÇA

A elaboração dos *Planos de Aula* é a etapa que promove a coerência da aplicação dos conteúdos. É um trabalho artesanal no primeiro momento; com o passar do tempo, passa a ser parte orgânica do processo, diria até, fisiológica no sentido de proximidade entre o fazer e o que se propõe, tornar-se-ia uma práxis. É uma organização quase matemática, se assim simplificarmos: A disciplina de didática aplicada à segurança pública, em seu primeiro momento, foi definida para 30h/aula, sendo sete encontros com quatro horas-aula seguidas e semanais com duas horas-aula dedicadas à avaliação, isso perfaz sete planos de aula.

A primeira vista, usar quatro horas-aulas seguidas para uma disciplina pode ser contraproducente, entretanto, permite usar mais recursos e técnicas, além de dar tempo para cumprir tarefas a contento, sem sobrecargas, visto não ser uma disciplina isolada, mas parte de um conjunto de outras disciplinas.

A MCN2014 sugere doze técnicas de ensino, são elas: Resolução de problemas; Simulação; Estudos de Casos; Lista de Tarefas; Painel de Discussão; Discussão em Grupos; Discussão Dirigida; Debate Cruzado; Grupo de Vivência ou Verbalização e Grupo de Observação; *Brainstorming* e *Brainwriting*; Exposição Dialogada e Demonstração ou Aula Prática. Essas, para além da tradicional Aula Expositiva, possibilitando enriquecimento do processo.

Essa relação entre o Plano de Aula e os Conteúdos é de fundamental importância para saber que não se deve

colocar mais conteúdo que o previsto no tempo da aula. Algo aparentemente óbvio é comum de ser visto em práticas docentes. Mesmo para aqueles que privilegiam o conteúdo em detrimento do aprendizado; ou para aqueles que não se importam se o estudante tem outras disciplinas para além da que ele está ministrando. O bom senso deve ser aplicado para que o processo de avaliação se dê de maneira justa. Afinal, para o contexto da polícia militar, a classificação definirá o lugar na hierarquia da instituição e o prejuízo de uma avaliação poderá afetar toda a carreira daquele policial.

2.3 RECURSOS DIDÁTICOS E AUDIOVISUAIS: IMPORTÂNCIA E ESCOLHA

Dentre os recursos didáticos menos valorizados e mais usados, encontra-se o corpo humano. Sim, imprescindível no processo de ensino e aprendizagem, o corpo humano é descontextualizado e relegado a ser um *porta-cérebro*. Para usar esse recurso precisa da consciência da potencialidade do mesmo. Mas isso é um campo de saber que não será abordado neste trabalho.

Abordaremos sobre os recursos mais conhecidos ou palpáveis: a sala de aula e o projetor de slides. Partindo deste último, temos o projetor como recurso primordial da técnica para uma aula expositiva. O que deveria ser um recurso para auxiliar na oralidade ou para incremento das demais possibilidades, o projetor passou a ser peça fundamental, que por vezes, sem ele torna-se até inviável ministrar a aula. Essa dependência é nefasta, pois o recurso passou a ser o centro do processo.

Para fins da disciplina de Didática aplicada à Segurança Pública, foi abolido o uso do projetor pelo orientador acadêmico da disciplina. Iniciativa que não foi corroborada pelos demais ministrantes da disciplina. Trata-se de uma maneira de sair da “zona de conforto”, a de deixar aulas prontas e relegar a aula apenas a leitura de slides. Aprontamos que o processo vivencial fica prejudicado. Disciplinas eminentemente teóricas podem ser participativas, interativas, etc. A simples leitura do código das leis na

RELATO DE EXPERIÊNCIA

projeção em nada corrobora para o uso da lei no contexto policial militar, por exemplo.

A sala de aula, incluindo-se alunos, cadeiras e o espaço físico em si, é um recurso que pode ser utilizado pelo professor desde que ele tenha a possibilidade de mobilidade. Uma aula de demonstração pode ficar melhor em “U” do que em colunas e fileiras, por exemplo. Inclusive, esse aspecto é ressaltado no Manual de Ordem Unida do Exército Brasileiro (2000). Entretanto, a realidade encontrada em muitas das salas de aula é que a quantidade de alunos/cadeiras é feita em detrimento da mobilidade; somando-se, a isso a falta de reuniões pedagógicas que ensinem o uso da sala de aula, deixa-se de utilizar o recurso potencial dela.

2.4 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Mensurar conhecimento é sempre uma tarefa árdua, incompleta, mas necessária para as atividades em Segurança Pública, notadamente as forças armadas, incluindo-se as estaduais que usam o mérito intelectual e físico para definir sua hierarquia. Existem diversos tipos de avaliação, conhecer sua nomenclatura é apenas uma parte desse processo. Um obstáculo posto já no início da discussão versa sobre as disciplinas práticas, como por exemplo: defesa pessoal policial; que não é uma técnica específica, mas um conjunto de técnicas em artes marciais e agrupadas para o uso policial.

Aprovado, reprovado, apto, inapto, notas, menções e etc. São formas convencionais de mensurar a “eficiência” do processo de aprendizagem. Entretanto, o educador deve ter em mente a proporção entre o que foi compartilhado em sala de aula e o esforço do educando para o aprimoramento. Eis alguns tipos de avaliação mais comuns: objetiva, escrita, oral (seminário), trabalho de conclusão de curso; trabalho em grupo, trabalho escrito; teste de aptidão física, tiro e prática de defesa pessoal.

Para todas essas avaliações deveriam seguir-se os princípios da administração pública: ser legal, impessoal,

moral, publicizado e eficiente. Entretanto, esses princípios podem passar despercebidos quando se recebe a determinação: “Faça uma avaliação de dez questões objetivas com quatro alternativas de escolha”. Isso é problemático pois convivem diversas gerações numa mesma aula, geração de pessoas que entraram com ensino fundamental, depois com ensino médio e no porvir, ensino superior. Isonomia e equidade são dinâmicas diferentes no processo em que tantas gerações convivem no mesmo espaço educativo.

Para a força militar, como dito anteriormente, a classificação nos cursos determina o lugar daquele indivíduo na escala hierárquica e uma avaliação descuidada afetará diretamente a carreira daquele indivíduo. Cada indivíduo aprende de maneira particular, de igual forma, um processo avaliativo aparentemente isonômico, nega esse processo de particularidade. Escolher a forma de avaliação tem relação direta com a técnica desenvolvida em sala de aula, com os exercícios de fixação, com as atividades complementares.

2.5 EDUCAÇÃO COM DIREITOS HUMANOS E RESPEITO OS PROCESSOS COGNITIVOS INDIVIDUAIS

Como ensinar o “certo” fazendo o “errado”? Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço é uma retórica que não cabe mais nos processos de ensino em Segurança Pública, quiçá em qualquer outra relação de ensino-aprendizagem ou humana. O tratamento dispensado ao cidadão infrator ou qualquer cidadão, não pode ser distinto da teoria aplicada em sala de aula. Educar com Direitos Humanos é, antes de qualquer definição, respeitar o indivíduo em sua singularidade.

Apoiar a singularidade humana tem fundamental importância se considerarmos que os sistemas de segurança congregam um conjunto diversificado de profissionais com atribuições, formações e experiências bastante diferenciadas. Portanto, torna-se necessário destacar e respeitar o papel

RELATO DE EXPERIÊNCIA

essencial que cada egresso dos cursos de formação exerça junto à sociedade, orientando as ações educacionais a incluir valores e procedimentos que possibilitem tornar seus(suas) profissionais em verdadeiros(as) promotores(as) de direitos humanos, o que significa ir além do papel de defensores(as) desses direitos.

Para esses(as) profissionais, a educação em direitos humanos deve considerar princípios norteadores para este fim, como o respeito e obediência à lei e aos valores morais, que a antecedem e fundamentam, promovendo a dignidade inerente à pessoa humana e respeitando os direitos humanos, a liberdade de exercício de expressão e opinião, por exemplo. Um contraponto ao (só) mandar e (simples) obedecer.

Para esse contraponto, faz-se necessária uma leitura crítica dos conteúdos e da prática educativa institucional dos órgãos do sistema segurança pública para o reconhecimento de embates entre paradigmas, modelos de sociedade, necessidades individuais e coletivas, as diferenças políticas e ideológicas; vivência de cooperação e respeito às diferenças sociais e culturais, atendendo com dignidade a todos os segmentos sem privilégios conhecimento acerca da proteção e dos mecanismos de defesa dos direitos humanos.

A defesa dos direitos humanos no processo educativo tem relação e correspondência com os eixos ético, técnico e legal no currículo dos cursos existente na instituição, coerente com o Estado democrático de direito. Isso implica no uso legal, legítimo, proporcional e progressivo da força, protegendo e respeitando todos(as) os(as) cidadãos(ãs) com respeito no trato com as pessoas, movimentos e entidades sociais, defendendo e promovendo o direito de todos(as). Uma consolidação de valores baseados em uma ética solidária e em princípios dos direitos humanos, que contribuam para uma prática emancipatória dos sujeitos que atuam nas áreas de segurança pública.

Os que ingressarem nas fileiras da Polícia Militar do RN a partir de 2018, terão nível superior e isso fará com que antigas

práticas educativas passem por uma ressignificação, haja vista a mudança no nível intelectual que fará verticalizar a discussão sobre o próprio papel social da polícia, permitindo mais leitura crítica dos modelos de formação e ação policial que utilizam práticas violadoras da dignidade da pessoa humana.

3 UMA PEDAGOGIA DA SURPRESA

O estudante do curso de pedagogia da UFRN, Paulo Emílio (MAITO, 2019) solicitou observar uma das nossas aulas, sobre ela escreveu em sua rede social:

“Quando é para ‘descer o pau’, a gente desce, mas também quando é pra elogiar, a gente elogia. Hoje de tarde, eu e Arthur fomos fazer um trabalho do nosso curso na Academia de Polícia Militar. Assistimos a uma aula do Prof. que foi muito boa. Confesso que eu e Arthur esperávamos encontrar um ambiente escolar totalmente militarizado, cheio de regras etc. Porém, o que vimos, foi uma aula descontraída, bem participativa, todos os alunos rindo e interagindo, as cadeiras em círculo. Depois, na entrevista com o professor, ele já de cara citando Paulo Freire e falando que detesta essa metodologia tecnicista. Enfim, **saímos de lá com os estereótipos quebrados e com a certeza de que a realidade da Polícia Militar pode sim mudar... com educação.** =)[sic]” (Grifo nosso)

Tudo começou em 28 de março de 2017, foi nesse período, após o Curso de Técnica de Ensino Policial (2016), que fomos convidados a ministrar a disciplina de Didática, até então, assim denominada. Ao receber a missão, passamos a observar que a ementa da disciplina que havia, encontrava-se distante do universo policial militar, o que a nosso ver, ia de encontro à necessidade de permanência naqueles moldes. Já em nossas mãos, a MCN2014, torna-se o norteador para as mudanças que achamos necessárias, aproximando do educando a realidade profissional.

O comentário que inicia esta parte do artigo é de um estudante do curso de pedagogia da UFRN, este solicitou observar uma das nossas aulas. Era o final do processo das aulas da primeira turma do

RELATO DE EXPERIÊNCIA

curso de sargentos especialistas da área de saúde que experimentaram a Didática Aplicada à Segurança Pública, os pioneiros na modificação da ementa. Foi o momento de por à prova a nossa proposta, momento de experimentar, no grande laboratório da sala de aula, muitas aspirações e, porque não dizer, sonhos de uma educação voltada à segurança pública. E o resultado da “avaliação externa” foi o comentário em epígrafe descrito.

O primeiro passo foi traçar o perfil da turma. Conhecer previamente o público-alvo foi algo que levamos em consideração para o processo. Pedimos a coordenação do curso para frequentar uma aula e observar os alunos sem estar vestido a caráter ou com a formalidade militar de praxe, uma maneira de não inibir, além do necessário, a presença de um estranho na sala de aula. Precisava conhecer àqueles que seriam submetidos ao processo: era uma sala estreita; mal cabiam os vinte e um alunos; todos do sexo masculino; acima de dez anos de efetivo serviço na PMRN; em sua maioria apenas com o ensino médio completo; um espaço que não permitia a mobilidade necessária para as atividades que iríamos propor. A sensação de confinamento era asfixiante, por nossa exigência, solicitamos que as aulas fossem ministradas noutro local que permitisse o uso da sala de aula como recurso didático.

Após o perfil da turma, deu-se a execução da proposta de modificação na ministração das aulas, que já iniciava com o desuso do projetor. Entendemos que a ferramenta não deve ser maior que a experiência em sala de aula, já que a opção foi presencial para o ensino da disciplina. Vincular a aula expositiva, por exemplo, apenas ao uso da projeção de *slides* pode ser inviabilizado pela falta do equipamento, da energia elétrica ou pela própria imperícia do docente em fazer um bom material para a sala de aula.

A nosso ver, um bom material para aula parte da vontade do educador e do uso das técnicas de ensino previstas na própria MCN2014 que contempla o uso de pequenos textos, simulações, debates, estudos dirigidos, exercícios de fixação. São

atividades orientadas para subsidiar o processo de ensino e aprendizagem. Não é um exercício de criatividade, tampouco, “inventar a roda”, apenas observar a relação entre a metodologia que pode ser aplicada àquele conteúdo.

Segundo Karnal (2017, p. 44) “Uma aula criativa pode incluir canais de comunicação, sensações, experiências e outros campos variados que aumentam o impacto da informação sobre o cérebro.” Para fins deste artigo, elegemos as atividades denominadas “*Power point*” e “*Sandplay*”³ para observar a relação entre o conteúdo ministrado e a atividade proposta.

Por inexistir, na unidade em que se trabalhou a primeira turma de Didática Aplicada à Segurança Pública, um laboratório de informática no qual se pudesse utilizar o software para criação de slides para apresentação. Preferimos usar outra maneira: a colagem. A atividade foi dividida em duas etapas, na primeira: dividia-se a turma em grupos; sorteavam-se os temas baseados nas oito áreas da MCN2014; cada grupo deveria criar oito telas para apresentar aquele tema sorteado; deveria recorrer à pesquisa em qualquer meio que estivesse em sala de aula, para isso foram levadas colas, lápis de cor, giz de cera, revistas, réguas, tesouras... Cada grupo deveria fazer sua composição de slides.

Durante o processo, além da interação entre os educandos, alguns pontuavam como faziam quando estudantes do ensino fundamental, a atividade despertará memórias afetivas. Após a feitura, deveriam expor nas paredes e apresentar cada tema. Nesse momento, eram feitas as observações sobre tamanho de fonte, escolha de fundo para o pequeno cartaz, o posicionamento e escolha das imagens. No segundo momento, os educandos deveriam levar para casa e tentar reproduzir, com o máximo de fidelidade, o slide criado em sala de aula.

³ O Sandplay (denominado também como Jogo de Areia no Brasil) é um método terapêutico baseado nos conceitos psicológicos de Jung. Tratando-se de uma metodologia não verbal, pode ser utilizado tanto para crianças como para adultos.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Já na atividade chamada “*Sandplay*”, utilizamos 1/8 de cartolina para cada estudante e massas de modelar; havia uma problemática para motivar a criação das miniaturas, no caso, foi usada a seguinte pergunta: Que professor eu quero ser?; A partir daí, cada um construiria sua resposta com as massas de modelar; em seguida, cada grupo com três componentes, deveria expor sua resposta àquela fração; depois cada trio iria expor para o grande grupo, nesse momento, foi feita uma troca de papéis: “A” faria a exposição do trabalho de “B”, “B” o de “C” e “C” o de “A”.

Durante o processo desta segunda atividade, o impacto das memórias foi até maior, pois o uso de massa de modelar, geralmente é no período pré-escolar. O cheiro, o manuseio, a criação, tudo desperta a memória. Mas em virtude da problemática, a criatividade foi direcionada para responder a demanda da aula. Ao final da aula, um dos educandos perguntou: “Professor, qual será a próxima surpresa? Estou ansioso pela próxima aula.” Esse depoimento fez despertar a ação pedagógica de surpreender os alunos, a sala de aula passava a ser encarada como recurso didático e não como uma cela-de-aula.

3 EDUCAR, PARA O RISCO DA PRÓPRIA VIDA

“Ao ingressar na Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, prometo regular a minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial-militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, **mesmo com o risco da própria vida**”.⁴ (Grifo nosso)

Grosso modo, foram-se nos cursos policiais militares, pessoas para colocar a própria vida em risco pela profissão. Iminentemente, morrer ou tirar a vida de outrem. Se analisarmos o processo de educação policial militar a partir dessa ótica, cada passo dado sem o devido cuidado

ensejará em óbito. É premente a profissionalização da educação policial militar. Neste ponto do artigo, discutiremos a importância da confecção do Plano Pedagógico.

É dito, a cada nova formação, que estamos preparando o futuro da PMRN, entretanto, o futuro urge no presente, dada calamidade social voltada à segurança pública. O que ensaja grande responsabilidade do policial-educador, pois sua atuação poderá definir os rumos da Instituição. Portanto, quanto melhor o Plano Pedagógico, em tese, melhor a formação dos profissionais. O impacto do Plano Pedagógico reverbera durante toda a carreira do Policial Militar, ou seja, 30 anos.

A importância do Plano Pedagógico nos cursos se dá por refletir a identidade institucional; indicar caminhos para formar e aperfeiçoar com qualidade os profissionais da PMRN. É Plano porque reúne propostas de ação concreta a executar durante o período de formação ou aperfeiçoamento; e, é Pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. Sem, no entanto, esquecer-se do seu aspecto político, visto que o ambiente acadêmico é um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, podendo até modificar os rumos que ela vai seguir.

Dentro do contexto nacional de alinhamento das ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública conforme preconiza a Secretaria Nacional de Segurança Pública, a MCN2014 auxilia e norteia a elaboração dos Planos Pedagógicos. A concepção dela se ancora numa visão nacional e podem se entrelaçar às peculiaridades do policiamento utilizado no Rio Grande do Norte.

Essas peculiaridades fazem com que o Plano Pedagógico se configure numa ferramenta de planejamento e avaliação que deve ser consultado a cada tomada de decisão. Um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de

⁴ Lei nº 4.630, de 16 de dezembro de 1976 – Estatuto dos Policiais Militares.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

curto, médio e longo prazo. A excelência na formação é corresponsável pela qualidade dos agentes de Segurança Pública, pois se tem a árdua tarefa de ensinar profissionais a por em risco a própria vida em função do exercício profissional. Abriremos um parêntese para melhor observar a transversalidade da formação e da atuação policial militar:

Em 2009, durante a formatura semestral das escolas atendidas pelo PROERD naquele ano na cidade do Natal, nos deparamos com um quadro até então desconhecido no que se entendia por ação de Segurança Pública: Cerca de doze mil alunos da rede privada e pública do 5º ao 9º ano tomaram o ginásio cantando em uma só voz: “Lutando contra as drogas / Ensinando a dizer não!”. No centro da quadra mais de 150 profissionais da segurança pública cantavam e dançavam também. Essa possibilidade de falar sobre um tema tão sério com pessoas daquela faixa etária nos causou uma comoção, pois dali a poucos dias seria proferido o Compromisso Policial Militar que prevê o risco da própria vida para a defesa da comunidade. Numa conjuntura na qual existe a iminência da violência, o profissional que atua na escola indiretamente faz um compromisso semelhante ao do policial, pondo em risco a própria integridade para poder dar conta do seu ofício.

Com o passar do tempo, atuando como profissional da segurança pública, aquela lembrança se repetia dando novo animo para continuar vendo que existe múltiplas possibilidade de tratar da violência sem ser com o aspecto meramente repressivo por meio do uso lícito da força física e bélica. Cantando e dançando, dependendo da situação e do contexto, também poderia ser feito. Esse sentimento sobre uma nova perspectiva profissional do policial-educador tornou-se socialmente relevante por ensejar contribuir com um estudo que permita a abertura de propostas mais pacíficas de lidar com o cidadão que sofre violência, sem revitimizá-la, por exemplo.

O tema da violência no processo de educação policial militar é algo a ser

explorado em campos de estudo. Apesar do termo violência se apresentar no singular, seu significado por si só é plural, um epifenômeno das relações sociais. Etéreo quando enfrentado e substancial quando agente. E seria nesse instante em que se torna agente, a violência se multiplica em sentidos, permitindo a inversão do real como expressa Chauí (1998) dizendo que:

[...] graças à produção de máscaras que permitem dissimular comportamentos, ideias e valores violentos como se fossem não-violentos. Assim, por exemplo, o machismo é colocado como proteção natural a natural fragilidade feminina. Proteção inclui a ideia de que as mulheres precisam ser protegidas de si próprias, pois, como todos sabem, o estupro é um ato feminino de provocação e sedução; o paternalismo branco é visto como proteção para auxiliar a natural inferioridade dos negros; a repressão contra os homossexuais é considerada proteção natural aos valores sagrados da família e, agora, da saúde e da vida de todo o gênero humano ameaçado pela Aids, trazida pelos degenerados; a destruição do meio ambiente é orgulhosamente vista como sinal de progresso e civilização etc.

Uma das dificuldades de trabalhar essa nova perspectiva de retirar a violência no processo educativo de policiais militares é conhecer suas variáveis, algumas delas estão circunscritas no universo simbólico e outras já caracterizadas e socialmente tipificadas por intervirem diretamente na vida dos seres humanos. Tal intervenção é análoga e deve ser complementada com a observação de Foucault (2009) sobre o biopoder, que diz:

A velha potencia da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento também no terreno das práticas políticas e observações econômicas dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim a era de um “bio-poder”. As duas direções em que se desenvolve ainda aparecem nitidamente separadas, no século XVIII. Do lado da disciplina as instituições como o Exército ou a

RELATO DE EXPERIÊNCIA

escola [...] Do outro das regulações de população e demografia, a estimativa da relação entre recursos e habitantes, a tabulação das riquezas e de sua circulação, das vidas com sua duração provável [...].

Se observarmos a violência no processo de educação dos policiais militares como um biopoder pode situá-la entre dois polos: o Crime – como violação de direitos – e o Castigo – como consequência dessa violação. Este segundo polo, não muito distante no tempo, serviu como forma de “educar” através da disciplina imposta ao corpo. O cerceamento da liberdade, a ausência do devido processo legal, os constrangimentos ilegais, os abusos de autoridade, e etc. É parte do cotidiano dos processos educativos, mesmo travestido de *rusticidade* inerente a profissão.

Apesar da preocupação, a violência entra em todos os seguimentos da sociedade, o espaço da educação policial militar não está imune. Ao tratarmos do tema violência, procuramos focalizar no paradoxal movimento entre deparar-se com a violência e o que fazer com ela. Para não prosseguir indistintamente falando sobre violência, faz-se necessário situá-la no universo da tipificação do crime segundo o Código Penal Brasileiro que estamos tratando por violência-crime. Para tanto, cabe mais uma observação de Chauí (1998):

[...] a violência fica circunscrita ao campo da delinquência e da criminalidade, o crime sendo definido como ataque à propriedade privada (furto, roubo e latrocínio, isto é, roubo seguido de assassinato). Esse mecanismo permite, por um lado, determinar quem são os “agentes violentos” (de modo geral, os pobres) e legitimar a ação (esta sim, violenta) da polícia contra a população pobre, os negros, as crianças de rua e os favelados. A ação policial pode ser, às vezes, considerada violenta, recebendo o nome de “chacina” ou “massacre” quando, de uma só vez e sem motivo, o número de assassinados é muito elevado. No restante das vezes, porém, o assassinato policial é considerado normal e natural, uma vez que se trata de proteger o “nós” contra o “eles”.

Segundo o Código Penal Brasileiro e comentado por Delmanto (2010), não há *crime nem pena* sem lei anterior que os defina

como tal (Grifo nossos). Sendo assim, a violação de direitos dos policiais-estudante e a consequência dessa violação, deveriam estar subordinados a um ordenamento que dê parâmetros às ações dos envolvidos diante da violência. Um Plano Pedagógico que trata da violência no processo educativo fornece parâmetros para tipificar uma conduta humana, um fenômeno social multifacetado e complexo que atravessa diversas relações sociais, morais, de costumes e também educacionais. Inserir a educação como campo de manifestação ou convivência com a violência parece contrariar ao que se espera, no senso comum, do papel social da escola na vida do ser humano, da educação como Direito Humano (Candau, 2012; Arendt, 1973 apud Schilling, 2014).

Não discutir a violência pode fazer com que saberes afins possam não dialogar, por exemplo, um tema aparentemente próprio do seguimento da educação, pode encontrar contribuições na Segurança Pública e vice-versa. Mas se cada qual se ensimesmar e submergir no seu próprio fazer, nos seus fenômenos peculiares, podem se tornar incapazes de dialogar sobre as questões que são pertinentes aos dois campos de conhecimento transversalizados pelo tema violência.

Apesar das conquistas que cada um desses saberes alcançou em suas áreas, não se podem negar os aspectos nocivos se em algum momento deixarem de fluir diálogos. Tais como, o aumento da violência simbólica, de soluções discriminadoras e contrárias aos Direitos Humanos. Sem contar o aumento do medo do processo educativo, da revitimização e a consolidação de uma prática profissional descomprometida com o caráter humano. Essa convivência próxima com a violência nos permite refletir sobre as múltiplas formas de comportamento do profissional policial militar em sua atuação social.

Se se busca uma cultura técnica e autoconsciente na formação policial, a trajetória percorre uma base complexa e transdisciplinar que visa ultrapassar o sentido dos sujeitos apenas como ativos ou passivos diante do processo de educação

RELATO DE EXPERIÊNCIA

policial militar. Por exemplo, o sujeito ativo não seria aquele que, exacerbando o castigo, se resolveria o crime. Doutra forma, o crime no ambiente formativo escolar gera o medo e afeta diretamente a qualidade de vida do profissional que atuará num ambiente hostil e no qual não foi qualificado para fazê-lo, pois a problemática da violência na sociedade se ancora nos conflitos sociais, e as formas de resolução desses conflitos mantêm uma aparente distância da práxis do policial-educador e do policial-estudante, entretanto, são subsidiárias. Ou seja, enrijecimento dos processos educativos das escolas de formação policial militar não se apresenta como possibilidade para resolver as questões de qualidade na atuação profissional.

Por fim, talvez por falta de saberes ou pela ausência de vontade, deixa-se de discutir o tema da proficiência do ensinar e corrigir, haja vista que esse é um discurso alternativo ao tradicional vigiar e punir.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A didática aplicada à segurança pública é um campo para ser investigado continuamente. Não reduz o sentido, mas amplia para que novos conhecimentos de ambas as áreas, didática e segurança pública, possam dialogar para construir uma formação policial militar com policiais-educadores. E estes, corresponsáveis pela prestação do serviço à sociedade.

Respeitar os processos individuais de conhecimento e autoconhecimento é condição imprescindível, afinal, ninguém aprende igual. E por mais óbvia que pareça a afirmação, a educação tradicional passou a equalizar os processos de ensino e aprendizagem de forma quase mecânica, no qual, cada indivíduo deveria se adequar ao sistema, independente da individualidade de cada ser humano envolvido no processo. Na educação contemporânea, não só esse processo encontra-se em ampla discussão, mas o estudo apresentado neste artigo

poderá servir para discutir sobre esses novos olhares sobre o aprender a partir das capacidades individuais.

Dentro da educação contemporânea, a mulher grávida, os novos arranjos familiares, a assunção da sexualidade como identidade, a transsexualidade, o nome social, são realidade que passam a existir na sociedade. Realidades que precisam estar integradas ao processo educativo com direitos humanos. A individualidade é significativa nesse processo de transformação profissional. Ser profissional não é caráter hereditário ou genético, para muitos, é a oportunidade que surge para ter um emprego público e gozar de estabilidade financeira enquanto ainda se pode fazê-lo.

Essa inserção da educação policial militar no meio acadêmico, que se espera, a partir da produção de conhecimento, pretende contribuir com construção de um saber que auxilie o policial-educador a refletir sobre suas práticas educativas diante dos atos de formação. Essa reflexão é uma possibilidade de contribuir para um saber que emerge da relação com a violência e problematiza as práticas educativas desses profissionais, uma construção teórica e de encaminhamentos metodológicos a partir de premissas de uma atuação profissional reflexiva e contextualizada no ambiente socialmente afetado pela violência em que urge a demanda de um novo olhar para essa realidade socialmente complexa. O simples fato de fazer o profissional refletir sobre a violência – vivida ou iminente – já traz uma nova luz sobre a sua prática.

Dentro desta nova prática, não há de se perpetuar a cultura do “ensinar o certo fazendo o errado”. O resultado de condutas amadoras ou omissivas para com a educação dos policiais militares resultará em mortes que poderiam ser evitadas pela instrumentação técnica, pela empatia, pela criatividade, pelo tirocínio, pelo zelo, pela consciência profissional. Consciência essa, nascida nos cursos oferecidos pela Polícia Militar.

REFERÊNCIAS

- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos:** coisa de polícia. Porto Alegre: Gráfica Editora Berthier: 2003.
- BRASIL. **Manual de campanha C 22-5:** manual de ordem unida. 3. Ed. 2000. Disponível em: <http://www.cciex.eb.mil.br/arquivos/docs/publicacoes/manuais/c22-5.pdf>. Acessado em 20 mar. 2019.
- BRAUER, Markus. **Ensinar na universidade:** conselhos práticos, dicas e métodos pedagógicos. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- CAMPOS, Wagner. **O que é a gestão estratégica?** Disponível em: Fonte: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/o-que-e-a-gestao-estrategica/28653/>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- CORTELLA, Mário Sérgio. **A Era da Curadoria:** o que importa é saber o que importa. Disponível em: <https://youtu.be/9CLXe6nzgq0>. Acessado em: 26 out. 2017
- CURY, Augusto. **Pais brilhantes, professores fascinantes:** a educação inteligente: formando jovens pensadores e felizes.
- DELMANTO, Celso. Et al. **Código Penal Comentado.** 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** a história da violência nas prisões. 37.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MAITO, Paulo Emílio Eurich. **Comentário.** Disponível em: https://www.instagram.com/p/BTr82LFG3Q/?utm_source=ig_share_sheet&igshid=l5v9ib717r23. Acessado em: 29 mar. 2019
- KARNAL, Leandro. **Conversas com um jovem professor.** São Paulo: contexto, 2017.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2006.
- LOPES, Antônia Osima. Planejamento do ensino numa perspectiva crítica de educação. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro *et al.* **Repensando a didática.** São Paulo: Papirus, 2018.
- MATRIZ curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Brasília: Secretaria nacional de segurança pública, 2014.
- OS QUATRO ALUNOS. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MjI4MDMxOQ/> Acessado em: 26 out. 2017.
- PILETTI, Claudino. **Didática geral.** São Paulo: Editora Ática, 2001.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

RUAS, Carlos. **Mundo avesso**. Um sábado qualquer: São Paulo, 2018.

SANDPLAY. Disponível em: <http://www.psicologiasandplay.com.br/sandplay/>. Acessado em: 26/03/2019.

SCHILLING, Flávia (org.). **Direitos humanos e educação**: outras palavras, outras práticas. São Paulo: Cortez, 2011.